

Introdução

Quando, na manhã de domingo de 28 de junho de 1914, o arquiduque Francisco Fernando e Sofia Chotek, sua mulher, chegaram à gare de caminho de ferro de Sarajevo, o continente europeu estava em paz. Trinta e sete dias mais tarde, estava em guerra. O conflito que começou nesse verão mobilizou sessenta e cinco milhões de soldados, envolveu três impérios, fez vinte milhões de mortos entre militares e civis, e vinte e um milhões de feridos. Foi nesta catástrofe que os horrores do século xx europeu tiveram origem, que seria, nas palavras do historiador americano Fritz Stern, “a primeira calamidade do século xx, a calamidade da qual todas as outras calamidades irromperam”¹. O debate sobre porque acontecera começou antes ainda de terem sido disparados os primeiros tiros. E deu origem a uma literatura histórica de uma vastidão, de uma complexidade de perspectivas e de uma intensidade moral sem paralelo. Para os investigadores que se dedicam à teoria das relações internacionais, os acontecimentos de 1914 continuam a ser a crise política por excelência, suficientemente intrincada para permitir um número indefinido de hipóteses.

O historiador que procura compreender a gênese da Primeira Guerra Mundial depara com uma variedade de problemas. O primeiro e mais evidente é o da superabundância das fontes. Cada um dos Estados beligerantes produziu múltiplas edições em vários volumes de documentação diplomática, vastas compilações resultantes da investigação coletiva dos arquivos. Neste oceano de fontes, há correntes perigosas. A maior parte dos documentos oficiais produzidos no período entre as duas guerras são de teor apologético. Os cinquenta e sete volumes da publicação alemã *Die Grosse Politik*, que reúnem 15 889 documentos distribuídos por trezentas rubricas temáticas, não tiveram um espírito nem objetivos puramente científicos; os responsáveis esperavam que a revelação dos arquivos do período anterior à guerra bastasse para refutar a tese, presente nos termos do Tratado de Versalhes, que atribuía a “culpa da guerra” aos alemães². Também para o governo francês, a publicação de documentos no pós-guerra era uma iniciati-

va de “caráter essencialmente político”, como diria, em maio de 1934, o ministro dos Negócios Estrangeiros francês Jean Louis Barthou. O intuito era “contrabalançar a campanha lançada pela Alemanha a seguir ao Tratado de Versalhes”³. Em Viena, o objetivo, conforme referia, em 1926, Ludwig Bittner, coeditor da coleção em oito volumes *Österreich-Ungarns Aussenpolitik*, era produzir uma edição reconhecida como fonte autorizada antes que uma organização internacional — talvez a Liga das Nações? — forças-se o governo austríaco a uma publicação em condições menos auspiciosas⁴. As primeiras publicações de documentos soviéticos eram motivadas em parte pelo desejo de provar que a guerra fora desencadeada através da cumplicidade entre o czar e o seu regime autocrático, por um lado, e o seu aliado burguês, Raymond Poincaré — numa tentativa de deslegitimar as exigências francesas dos empréstimos concedidos à Rússia antes da guerra⁵. Até na Grã-Bretanha, onde a iniciativa da publicação dos *British Documents on the Origins of the War* fora lançada com elevados apelos à investigação desinteressada, as compilações de documentos não deixaram de incorrer em omissões tendenciosas, levando a uma reconstituição um tanto distorcida do papel da Grã-Bretanha nos acontecimentos que precederam o rebentar da guerra em 1914⁶. Em suma, a despeito do valor inegável que possuem para os investigadores, as grandes edições europeias de documentos sobre o tema foram munições no contexto daquilo a que o historiador militar alemão Bernhard Schwertfeger chamava, num estudo crítico de 1929, uma “guerra mundial de documentos”⁷.

As memórias dos homens de Estado, comandantes e outros altos responsáveis, embora indispensáveis para quem queira compreender os acontecimentos que conduziram à guerra, nem por isso deixam de ser problemáticas. Nalguns casos, são frustrantes na sua reticência sobre questões escaldantes e do maior interesse. Para referirmos não mais do que três exemplos: as *Reflexions on the World War* publicadas em 1919 pelo chanceler alemão Theobald von Bethmann Hollweg são quase inteiramente mudas sobre a sua própria ação e as dos seus colegas durante a Crise de Julho de 1914; as memórias políticas do ministro dos Negócios Estrangeiros russo Sergei Sazonov são frívolas, pomposas, entremeadas de ocasionais falsidades e completamente omissas acerca do seu próprio papel em certos momentos decisivos; os dez volumes das memórias que o Presidente francês Raymond Poincaré consagra aos anos da sua presidência comportam mais propaganda do que revelações, e exibem discrepâncias impressionantes entre as suas “recordações” dos acontecimentos que marcaram a crise e os apontamentos que, durante esse período, se lhes referem no seu diário inédito⁸. Quanto a Sir Edward Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros britânico, as suas memórias amenas não fazem mais do que aflorar ligeiramente a delicada questão dos compromissos que assumira perante as

potências da *Entente* antes de agosto de 1914, bem como do papel que esses compromissos representaram na sua gestão da crise⁹.

Quando o historiador americano Bernadotte Everly Schmitt da Universidade de Chicago visitou a Europa, no final da década de 1920, munido de cartas de apresentação que lhe permitissem entrevistar os políticos que, na época, tinham desempenhado um papel significativo nos acontecimentos, sentiu-se muito impressionado pela absoluta impunidade dos seus interlocutores a qualquer dúvida sobre o comportamento que tinham então adotado. (A única exceção foi Grey, que “observou espontaneamente” ter cometido um erro tático ao procurar negociar com Viena por intermédio de Berlim durante a Crise de Julho — mas o erro de apreciação a que Grey assim aludia era de importância secundária e o seu comentário exprimia mais uma pose de autodepreciação típica dos mandarins britânicos do um reconhecimento efetivo de responsabilidades.¹⁰) Alguns dos entrevistados aparentavam também falhas de memória. Schmitt logrou encontrar-se com Peter Bark, ex-ministro das Finanças russo, que se convertera, entretanto, em banqueiro britânico. Em 1914, Bark participara em reuniões durante as quais tinham sido tomadas decisões extremamente importantes. Todavia, ao falar com Schmitt, Bark insistiu no facto de ter “poucas recordações dos acontecimentos desse período”¹¹. Felizmente, as notas que o ex-ministro tomara ao tempo são bem mais elucidativas. Quando o investigador Luciano Magrini fez a sua viagem a Belgrado, no outono de 1937, para ouvir todas as figuras ainda vivas comprovadamente ligadas à conspiração de Sarajevo, descobriu que algumas testemunhas reportavam factos dos quais não era possível terem qualquer conhecimento, enquanto outras “continuavam caladas ou apresentavam falsas versões acerca daquilo que sabiam”, e outras ainda “embelezavam as suas declarações, ou estavam sobretudo interessadas em justificar as suas ações”¹².

Por outro lado, há lacunas significativas no conhecimento dos factos de que dispomos. Não temos registo de muitos dos contactos importantes que alguns protagonistas de primeira linha mantiveram de viva voz, pelo que só podemos tentar reconstituí-los a partir de testemunhos indiretos ou mais tardios. As organizações sérvias implicadas no atentado de Sarajevo agiam com extremo secretismo, não deixando praticamente qualquer rasto escrito. Dragutin Dimitrijević, chefe dos serviços secretos militares sérvios, que foi uma figura fundamental na conspiração que preparou o atentado contra o arquiduque Francisco Fernando em Sarajevo, queimava a intervalos regulares todos os seus papéis. Desconhecemos grande parte do conteúdo preciso das discussões iniciais entre Viena e Berlim acerca do que deveria fazer-se para responder aos assassinatos de Sarajevo. Do mesmo modo, nunca apareceram as minutas das reuniões ao mais alto nível que tiveram lugar em S. Petersburgo, de 20 a 23 de junho, entre os governos russo e

francês, documentos de importância sem dúvida capital para a compreensão da última fase da crise (é provável que os protocolos russos se tenham pura e simplesmente perdido, e a equipa francesa encarregada de editar os documentos diplomáticos do seu país não pôde encontrar a versão francesa das minutas). Os bolcheviques publicaram numerosos documentos diplomáticos da maior importância, esforçando-se por desacreditar desse modo as maquinações imperialistas das grandes potências, mas esses papéis foram divulgados a intervalos irregulares e sem critérios de ordenação definidos, geralmente a propósito de certos problemas concretos, como as ambições russas relativas ao Bósforo. Vários documentos (que não sabemos exatamente quantos foram) perderam-se durante o período de caos da guerra civil, e a URSS nunca procedeu a publicações sistemáticas de arquivos que possam rivalizar com as edições do mesmo teor britânicas, francesas, alemãs e austríacas¹³. Até hoje, as publicações de arquivos efetuadas pelos russos continuam a comportar grandes lacunas.

A natureza excepcionalmente enredada da crise que nos ocupa é um seu outro traço distintivo. A crise dos mísseis de Cuba foi bastante complexa, mas envolveu apenas dois grandes protagonistas (os EUA e a União Soviética), arrastando na sua esteira uma série de outros intervenientes e atores secundários. No caso que aqui nos interessa, em contrapartida, temos de procurar esclarecer as interações multilaterais entre cinco atores autónomos de igual importância — Alemanha, Áustria-Hungria, França, Rússia e Grã-Bretanha —, que passam a ser seis, se a este grupo acrescentarmos a Itália, e aos quais teremos de juntar outros atores ainda, também soberanos e de grande peso estratégico, como o Império Otomano e os Estados da Península Balcânica, região de grandes tensões e instabilidade política nos anos que precederam imediatamente a guerra.

Uma dificuldade suplementar de elucidação é a que resulta do facto de os processos políticos de decisão no interior dos Estados envolvidos na crise se caracterizarem frequentemente por muito pouca transparência. Podemos considerar julho de 1914 como uma crise “internacional”, sugerindo este termo uma panóplia de Estados-nação, concebidos como entidades coesas, independentes e discretas, como as bolas de um jogo de bilhar. Mas as estruturas soberanas que engendravam as decisões políticas durante a crise manifestavam divisões profundas. Não se sabia ao certo na época, e os historiadores hoje continuam a ignorá-lo em grande parte, onde residia efetivamente o poder de decisão no interior de cada um dos diferentes executivos, e, quanto às “políticas” adotadas — ou, pelo menos, às iniciativas de diferente teor que as influenciavam —, a sua definição não tinha necessariamente lugar nas instâncias governamentais de topo, podendo emanar de níveis bastante periféricos do aparelho diplomático, da ação dos comandos militares, dos grupos de altos funcionários ministeriais

ou até de embaixadores, que por vezes desempenhavam papéis de decisão por conta própria.

As fontes que chegaram até nós exibem, pois, um caos de promessas, ameaças, planos e prognósticos — o que, pelo seu lado, contribui para explicar porque é que a eclosão da guerra tem sido suscetível de uma variedade desconcertante de interpretações. Quase não há ponto de vista acerca das razões de ser do conflito que não possa ser defendido através de uma seleção adequada das fontes disponíveis. E assim se pode em parte explicar também porque é que a literatura sobre “as origens da Primeira Guerra Mundial” assumiu proporções tais que nenhum historiador (ainda que sob a forma de um ser imaginário que dominasse todas as línguas necessárias) pode alimentar a esperança de a ler no espaço de uma vida. Há vinte anos, o inventário do acervo disponível contava vinte e cinco mil livros e artigos¹⁴. Há narrativas que descarregam o grosso das culpas sobre uma ovelha negra (sobretudo, a Alemanha, ainda que nenhuma das grandes potências tenha escapado à acusação de ter sido a principal responsável); outras versões preferem a tese da responsabilidade coletiva ou invocam as falhas do “sistema”. A complexidade nunca deixou de ser suficiente para alimentar estas controvérsias. Em torno destes debates conduzidos pelos historiadores, incidindo de um modo geral sobre as questões da culpa, ou as relações entre iniciativa pessoal e imposições estruturais, desenrola-se até ao infinito a literatura crítica sobre as relações internacionais — literatura na qual categorias como a dissuasão, o desanuviamento, a inadvertência, ou mecanismos de alcance universal, como o equilíbrio dos poderes, a negociação, o oportunismo, ocupam um lugar central. Apesar de quase cem anos de debates, não há razões para pensarmos que o tema esteja perto de ter sido esgotado¹⁵.

Mas, se se trata de um velho debate, o tema mantém a sua novidade, uma novidade que, de facto, é ainda mais pertinente hoje do que há vinte ou trinta anos. As transformações que ocorreram no nosso mundo alteraram a nossa perspetiva sobre os acontecimentos de 1914. Da década de 1960 à de 1980, uma espécie de nostalgia alimentava a perceção e a memória comuns dos acontecimentos de 1914. Imaginava-se de bom grado o desastre do “último verão” da Europa como uma espécie de filme histórico sobre o período eduardiano. Os rituais decadentes e os uniformes vistosos, o “ornamentalismo” de um mundo ainda em grande medida organizado em torno das monarquias hereditárias tinham um efeito que acentuava a distância entre a época recordada e o presente. Pareciam indicar que os protagonistas pertenciam a um mundo diferente e desaparecido. Insensivelmente instaurava-se a ideia de que se os atores ostentavam capacetes enfeitados coloridos penachos verdes de avestruz, era provável que alimentassem ideias e motivações a condizer¹⁶.